

Sustentabilidade: Uma Visão a partir da Economia dos Custos de Transação e da Teoria dos Custos de Mensuração

Sustainability: A View from the Economics of Transaction Costs and Measurement Costs Theory

Yasmin Gomes Casagrande(1); Denise Barros de Azevedo(2); Renato de Oliveira Rosa(3); Pedro Affonso Andries de Barros Santa Lucci(4)

1 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil.

E-mail: yasmin_casagrande@yahoo.com.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9363-9716>

2 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil.

E-mail: deniseazevedo1972@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9445-529X>

3 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil.

E-mail: adm.renato.rosa@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0697-0289>

4 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil.

E-mail: pedro_affonso06@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7981-3642>

Revista de Administração IMED, Passo Fundo, vol. 9, n. 2, p. 94-107, Julho-Dezembro, 2019 - ISSN 2237-7956

[Recebido: Fevereiro 21, 2019; Aprovado: Agosto 18, 2019; Publicado: Dezembro 20, 2019]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2237-7956.2019.v9i2.3193>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editora-chefe: Giana de Vargas Mores

Editor Técnico: Wanduir R. Sausen

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui!/click here!](#)

Resumo

O objetivo deste ensaio foi compreender como a sustentabilidade pode ser analisada a partir do que é estudado pela economia dos custos de transação e pela teoria dos custos de mensuração. Para tanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva. Os resultados demonstraram que a sustentabilidade e sua própria teoria são continuamente abstratas para entendimento das instituições, sendo o mesmo para quando aplicada a teoria dos custos de transação. Os direitos de propriedade são relacionados a componentes naturais e a sua estrutura de governança voltada a relações ambientais. O desenvolvimento das novas economias e a teoria dos custos de mensuração buscam dar valor mensurado aos atributos das transações relacionadas à sustentabilidade. Tal análise poderia eliminar a racionalidade limitada dos agentes, conseqüentemente possíveis comportamentos oportunistas e desenvolver meios palpáveis de proteção do meio ambiente.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Custos de Transação, Custos de Mensuração

Abstract

The objective of this paper was to understand how sustainability can be analyzed and explained from what is studied by the economics of transaction costs and by the theory of measurement costs. Therefore, a bibliographic, exploratory and descriptive research was carried out. The results were able to demonstrate that sustainability and its own theory are continuously abstract for understanding within institutions, being the same for when applying the theory of transaction costs. Property rights are related to natural components and their governance structure focused on environmental relations. The development of new economies and the theory of measurement costs seek to give measured value to the attributes of transactions related to sustainability. This analysis could eliminate the limited rationality of the agents, consequently possible opportunistic behaviors and develop means of protecting the environment.

Keywords: Sustainable Development, Transaction Costs, Measurement Costs

1 Introdução

O conceito de desenvolvimento sustentado viu-se em expansão quando no pós-guerra da década de 1960 a publicação de Rachel Carson, *Silent Spring*, passou a divulgar o quão importante e prejudicial poderiam ser os desequilíbrios que aconteciam no mundo. Tal percepção passou a ser analisada pelos intelectuais e, desses debates, surgiu o Clube de Roma, que teve como responsabilidade desenvolver os estudos pioneiros sobre a preservação do meio ambiente no início da década de 1970.

Realizou-se, em 1972, a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, que aconteceu na Suécia, na cidade de Estocolmo. Dessa conferência surgiram os 27 princípios da relação entre o homem e a natureza. Analisou-se a parte subdesenvolvida do mundo como grande parte dos responsáveis pela degradação do ambiente, tendo sido, então, a base para a teoria e o termo Desenvolvimento Sustentável.

O uso e a conotação do termo “sustentabilidade” foram alterados depois da publicação do relatório da primeira ministra Gro Harlem Brundland, em 1987, que passou a definir o desenvolvimento sustentável com foco nas organizações e sua posteridade. Esse período foi primordial para gestores que antes utilizavam “sustentabilidade” para dar conotação a um crescimento estável dos ganhos empresariais (Werbach, 2013).

Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Essa reunião teve como resultado a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, tratado internacional assinado pela maioria dos países do mundo, com objetivo de estabilizar o efeito estufa e a emissão dos gases causadores do mesmo em níveis que evitassem a mudança climática que estava ocorrendo.

Após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, surge o Protocolo de Quioto, que se tornou um dos principais na temática. Os países são divididos em dois blocos, A e B, que reúnem países desenvolvidos e em desenvolvimento. A efetividade do Protocolo de Quioto dependeu também de outras provisões, como políticas e medidas de efeitos significantes, além de mecanismos de implementação transparentes dessas políticas (Oberthur & Ott, 2013).

No entanto, os termos cunhados sobre a sustentabilidade em alguns momentos sobre desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento mostram-se sem coerência teórica por falta de clareza e significados consistentes (Adams, 2001). Essas ideias podem ser vistas em diversos âmbitos e discorrem sobre a relevância do planejamento no desenvolvimento e a busca pelo gerenciamento dos ecossistemas naturais. O princípio do ecodesenvolvimento é definido como o desenvolvimento que induz a uma mudança desejada por um grupo social, no sentido de que haja de acordo com o

que é bom para esse grupo social, mas também para o equilíbrio econômico, social e ecológico (Markandya, 2014).

Desde o início do uso dos termos relacionados com a sustentabilidade, as agendas políticas dentro dos países passaram a ser alteradas para atingir essas discussões. Implementação de leis e políticas que pudessem afetar as organizações e suas bases tornaram-se requeridas para o desenvolvimento da administração ambiental das instituições (Beckmann & Padmanabhan, 2009).

Os autores discorrem que, a partir desse entendimento, a teoria institucional analisa o desenvolvimento sustentável como um processo compreensivo de procura, aprendizado e ganho de experiência que necessita de princípios organizados e instrumentos políticos. Essa análise pode ser feita a partir do entendimento institucional da nova economia institucional e seus aspectos relacionados à teoria dos custos de transação, bem como da teoria dos custos de mensuração.

Os custos de transação e a teoria sobre a própria transação são formulados de maneira considerada abstrata em alguns aspectos, podendo desenvolver uma visão não clara sobre algumas ferramentas quando aplicadas, além de múltiplas interpretações (Tsoukas & Knudsen, 2005). Dentro dessa perspectiva, a sustentabilidade torna-se uma análise complexa tanto pela sua própria interpretação quanto pela sua aplicação a partir da teoria dos custos de transação.

Neste contexto, o problema desta pesquisa busca responder: Como a sustentabilidade está sendo conduzida e analisada pelas novas economias? O objetivo deste artigo é apresentar um ensaio teórico sobre a sustentabilidade e como pode ser analisada a partir das teorias da economia dos custos de transação e da teoria dos custos de mensuração.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Sustentabilidade

Os anos 1980 foram marcados pelo entendimento plausível da sustentabilidade como um elemento que influencia em políticas governamentais (Adams, 2001). Além disso, pensava-se retoricamente sobre a sustentabilidade focada no ambiente doméstico e econômico, visão desenvolvida para o entendimento do termo e seu uso em todo o mundo.

É possível dar significado à sustentabilidade e à sua busca pelo desenvolvimento sustentável dos mercados a partir de duas abordagens distintas. Essas duas abordagens são entendidas como mutuamente exclusivas (Lai & Lorne, 2003). A primeira delas é o desenvolvimento sustentável como um agrupamento de limites críticos para a exploração dos recursos. Essa abordagem busca, principalmente, preservação contra um desenvolvimento que não se preocupa com a biodiversidade nas esferas global, regional

e local dos ecossistemas. A segunda abordagem analisa a ideia social, econômica e ecológica em conjunto com seus objetivos. Essa é a análise das aspirações humanas que incluem saúde, literatura, religião, liberdades políticas, necessidades materiais.

A partir da segunda abordagem, o tema foi amplamente divulgado e desenvolvido em teorias que pudessem ser mais bem entendidas pela sociedade. Assim, cunhou-se o termo *triple bottom line*, entendido como o tripé da sustentabilidade (Elkington, 2001). Com essa ideia, o conceito e a abrangência podem ser percorridos sobre as três principais dimensões da sustentabilidade: dimensão ambiental, dimensão econômica e dimensão social (Munasingue, 2007).

Entender os pontos críticos do ambiente e do desenvolvimento demanda relacioná-los com os sistemas existentes no mundo moderno e, ao mesmo tempo, buscar para cada local sua história e cultura vigente (Sterling & Huckle, 2014). Um conceito da sustentabilidade necessita ser internalizado na ética humana dentro da sociedade e aplicado criticamente aos conceitos de crescimento, desenvolvimento e meio ambiente (Lemons, Westra, & Goodland, 1998). Essa é a base para a análise de que a concepção econômica do comportamento humano, apesar de criticada, é um dos maiores desafios para que se possa observar o paradigma do bem-estar (Gowdy & Erickson, 2005).

A introdução da economia ecológica voltada para o aspecto ambiental apoia-se, principalmente, no princípio de escassez e se desenvolve para a análise da internalização das externalidades causadas pelos impactos ambientais (Souza-Lima, 2004). O autor discorre sobre ser esta a forma de objetivar a diminuição dos conflitos econômicos, bem como não permitir que haja recursos ambientais sem proprietários privados. Este entendimento é resumido como “a percepção de que não pode fazer o que bem entender por uma única e simples razão: tudo o que está em volta tem dono e, sobretudo, preço” (Souza-Lima, 2004, p. 121).

O entendimento de economia ecológica distingue-se da economia usualmente analisada na visão e análise de todo o sistema econômico como um subsistema da sustentação e contenção do ecossistema global (Daly & Farley, 2011). Daly e Farley (2011) afirmam que o crescimento físico contínuo da economia não é possível e, eventualmente, os custos que o crescimento impõe para sustentar o sistema tornam-se maiores que os benefícios deste crescimento.

2.2 Economia dos Custos de Transação e Teoria dos Custos de Mensuração

Coase (1991) afirma que a principal razão pela qual é lucrativo estabelecer a firma é que deveria haver um custo pelo uso do mecanismo de preços. A visão de Coase pode ser uma alternativa para que se pudesse perceber que o mecanismo de mercado é uma exceção, e que o mecanismo de contrato é uma regra, sendo este último um mecanismo de alocação de recursos na sociedade (Zylbersztajn, 2005).

Uma transação é a interface utilizada para que ocorram as trocas de direitos de propriedade, para que se possa gerar valor. Caso essas transações aconteçam em um ambiente de custo de transação nulo, é possível que o sistema de preço seja suficiente para alocar todos os recursos eficientemente. Já, no mundo real, há diversas assimetrias de informação, comportamentos oportunistas, quebras dos contratos que acontecem por conta de uma das partes e sua decisão de captura de valor, dentre outros (Zylbersztajn & Giordano, 2015).

Uma transação de mercado pode ser caracterizada a partir de três atributos nominados: frequência, incerteza e especificidade de ativos (Williamson, 2002). O primeiro deles trata de entender quantas vezes os agentes envolvidos na transação se unem para tal. Já a incerteza surge a partir das mudanças e da complexidade envolvidas no ambiente econômico. A especificidade dos ativos objetiva entender o quanto o mercado consegue absorver o ambiente, caso a transação não seja concretizada, analisando também a não perda de valor.

As transações são vistas também a partir de atributos comportamentais, sendo eles a racionalidade limitada e o oportunismo (Williamson, 2002). Com base na racionalidade limitada, os agentes são vistos como impossibilitados a processar todas as informações disponíveis. Tal situação pode fazer com que estes desenvolvam comportamentos oportunistas entre os agentes do mercado.

A teoria da nova economia institucional, principalmente, os custos de transação, traz para a realidade das organizações uma visão próxima do entendimento real dos mercados, proporcionando o conhecimento sobre as trocas entre os atores econômicos como custosas e a demanda das instituições por diminuir esse custo (Beckmann & Padmanabhan, 2009).

Considerado a teoria dos custos de mensuração, a partir dos aspectos principais de um contrato, dentro da teoria institucional, a escolha efetiva dos custos e da forma de organização é mostrada em conjunto com os atributos de transação (Williamson, 2002). Assim, para que essa percepção aconteça, os atributos que estão sendo negociados precisam ser mensurados, porém alguns podem ser mais fáceis de passar por esse processo de mensuração (Barzel, 1982).

A imperfeita mobilidade dos recursos para cada transação faz com que o custo de mercado desta seja alto, as implicações das teorias se desenvolvam para a busca pela acumulação de bens com especificidades e menos custos de transação (Peteraf, 1993). Os problemas causados pelos custos de mensuração afetam as transações econômicas (Barzel, 1982). Além disso, qualquer que possa ter o erro nessa mensuração, este pode ser custoso para que seja eliminado inteiramente.

Portanto, o processo de entendimento das instituições passa pela decisão da economia dos custos de transação e sua análise para escolha da estrutura de governança utilizada. Desenvolve-se pela teoria dos custos de mensuração, que busca

a mensuração dos atributos em conjunto com suas dificuldades práticas, para que isso aconteça dentro de todos os tipos de transações.

3 Discussão Teórica

A partir do desenvolvimento da teoria neoclássica, houve o aumento da preocupação, como julgamento moral do tema, além da busca pela análise da mensuração dos impactos no meio ambiente e como poderia ser feita a valoração monetária disso (Redclift & Benton, 2003). Os autores afirmam que a teoria neoclássica passou a ser vista como limitada para analisar a sustentabilidade, sendo a abordagem institucional (North, 1991), capaz de fornecer uma análise mais rica e exploratória.

O entendimento de qual abordagem do tema sustentabilidade a ser usada se faz primordial para que se possa buscar o seu entendimento dentro das teorias institucionais o sistema vigente de mercado (Lai & Lorne, 2003). Essa abordagem buscada trata desde a estrutura de governança até os atributos de transação a serem desenvolvidos pelos agentes envolvidos.

Limitações teóricas influenciam a falta de discussão em profundidade sobre a sustentabilidade em conjunto com aspectos e soluções que a abordagem institucional propõe. A operacionalização das teorias depende, prioritariamente, do entendimento de ambas, tal ação encontra-se limitada pela falta de desenho padrão da contribuição de ambas e de pontos de convergência.

A primeira abordagem de entendimento da sustentabilidade como a busca pelo desenvolvimento sustentável e seu objetivo de preservação da biodiversidade, dos ecossistemas, está ligada a métodos de gerenciamento e controle institucional voltado para a centralização da autoridade que restringe as transações do mercado. Esse é um comportamento voluntário e que conta com protecionismo das trocas (Lai & Lorne, 2003).

A segunda abordagem busca a sustentabilidade como a interação entre as espécies e os recursos da sociedade e que se desenvolve para as dimensões econômica, ambiental e social do tema é suportada pela necessidade de que o homem não seja materialista, nem hedonista. Para que essa abordagem da sustentabilidade possa ser colocada em prática, o homem deve buscar nos mercados não somente a alocação eficiente dos recursos, mas também deixar de ignorar a distribuição equitativa dos mesmos (Lai & Lorne, 2003).

Essas ideias corroboram o entendimento da ECT que, por sua vez, busca o entendimento dos atributos das transações para que estas possam acontecer, os conceitos teóricos da nova economia institucional. A teoria dos custos de transação é usada principalmente para derivar hipóteses sobre os ministérios, departamentos e agências ligados ao meio ambiente (Beckmann & Padmanabhan, 2009).

Os pontos abordados encontram-se sem delimitação clara. A sustentabilidade determina a relação de interação junto aos recursos e a prática do homem, enquanto a ECT entende a profundidade dessas relações e analisa sob quais aspectos as transações devem acontecer. Uma pode ser entendida como a continuidade da abrangência da outra.

A versatilidade dos termos utilizados para descrever a sustentabilidade mostra como resultado pequeno para que possa ser entendida em sua totalidade (Adams, 2001). A NEI analisa a sustentabilidade ambiental e suas instituições como transações guiadas pelos direitos de propriedade sobre os componentes naturais e estruturas de governança que vão pautar as relações ambientais (Beckmann & Padmanabhan, 2009). Os autores analisam que os possuidores desses direitos podem ser favorecidos por uma corrente de benefícios ou sobrecarregados pelos componentes de seus custos.

A partir desse entendimento, o estabelecimento, a quantificação ou a supervisão da mensuração são caminhos que objetivam alcançar os resultados dos custos de transação do tema. Esses custos podem ser diminuídos pela concentração dos direitos de propriedade na mão de um agente, em combinação com uma alta centralização de consequências sociais e políticas (Beckmann & Padmanabhan, 2009). A TCM apoia essa abordagem na busca da mensuração das transações, para que essas possam ser mais bem analisadas pelos agentes envolvidos e reguladores, que estejam empenhados em fazer com que as transações aconteçam dentro do mercado.

A economia ecológica voltada para a abertura do desenvolvimento sustentável e as para análises econômicas está relacionada com a incerteza estudada a princípio por Williamson (2002). A incerteza por si é desenvolvida e analisada a partir da sua aplicação dentro da economia ecológica como um princípio da precaução, lidando com a teoria da própria incerteza pura, orientada por processos, co-evolucionária com foco na tomada de decisão (Gowdy & Erickson, 2005). Tal análise se difere da anterior que busca puramente a redução da incerteza e do risco.

A sustentabilidade utilizada para descrever também esforços empresariais para proteger o ambiente, é desenvolvida a partir de aspectos de filantropia, relações públicas e conformidades com a legislação (Werbach, 2013). O autor descreve os três como necessários e responsáveis pela criação de valor, porém esses valores e entendimentos se deparam com a dificuldade de mensuração. As abordagens tratadas foram resumidas no Quadro 1:

Quadro 1. Convergências entre ECT, TCM e sustentabilidade

| | Teoria | Autor | Teoria | Autores | Tema | Autores |
|---------------------------|--|-------------------|---|-------------------|---|-------------------------------|
| | Economia dos custos de transação – princípios e definição | | Economia dos custos de mensuração – princípios | | Sustentabilidade – aspectos e aplicação | |
| Atributos da transação | Frequência | Williamson (2002) | Imperfeita mobilidade dos recursos | Peteraf (1993) | Empenho dos agentes e reguladores para que transações aconteçam | Beckmann e Padmanabhan (2009) |
| | | | | | Mensuração dos impactos causados | Redcliff e Benton (2003). |
| | Incerteza | Williamson (2002) | Valor dos bens | Barzel (1982) | Dificuldade de mensuração de aspectos ambientais | Werbach (2013) |
| | | | Custos relacionados à transação | | Economia ecológica como alternativa na diminuição da incerteza | Gowdy e Erickson (2005) |
| | Especificidade | Williamson (2002) | Concentração dos direitos de propriedade | Barzel (1982) | Direitos de propriedade sobre os componentes naturais | Beckmann e Padmanabhan (2009) |
| | | | | | Regulação da natureza | Sterling e Huckle (2014) |
| | | | | | Controle de processos | Sterling e Huckle (2014) |
| Atributos comportamentais | Racionalidade limitada | Williamson (2002) | Supervisão da mensuração | Barzel (1982) | Busca pela alocação eficiente de recursos | Lai e Lorne (2003) |
| | | | Entendimento aprofundados das transações | Williamson (1991) | Distribuição equitária dos recursos | Lai e Lorne (2003) |

| | Teoria | Autor | Teoria | Autores | Tema | Autores |
|------------------------------|--|----------------------|---|------------------|--|--------------------------------------|
| | Economia dos custos de transação - princípios e definição | | Economia dos custos de mensuração - princípios | | Sustentabilidade – aspectos e aplicação | |
| Atributos comportamentais | | | | | Busca das instituições por manter a integridade ecológica | Lemons, Westra e Goodland (1998) |
| | Oportunismo | Williamson (2002) | Reguladores responsáveis pelas transações | Barzel (1982) | Centralização da autoridade nas transações de mercado | Lai e Lorne (2003) |
| | | | | | Protecionismo das trocas | Lai e Lorne (2003) |
| | | | | | Possuidores dos direitos de propriedade podem se favorecer pelos componentes dos custos | Beckmann e Padmanabhan (2009). |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante do exposto no Quadro 1 pode ser lido em linha e a partir dos aspectos da ECT. Em primeiro momento, a frequência como princípio e definição na ECT é analisada a partir do princípio de imperfeita mobilidade de recursos na ECM, sendo por fim aplicada à sustentabilidade como o empenho dos agentes e reguladores, para que as transações aconteçam e também diante da mensuração dos impactos.

A incerteza da ECT, por sua vez, pode ser vista dentro da ECM no estudo do valor dos bens e os seus custos. Assim, a sustentabilidade pode ser capaz de aplicar a partir da mensuração dos aspectos ambientais e impactos, além da visão da economia ecológica como uma alternativa para que a incerteza seja diminuída.

A especificidade da ECT é analisada dentro da ECM a partir da concentração dos direitos de propriedade. Podendo ser aplicada pela sustentabilidade nos aspectos de direito de propriedade dos componentes naturais, regulação da natureza e também no controle dos processos das organizações.

Nos atributos comportamentais, a racionalidade limitada na ECT é aplicada como a supervisão da mensuração e o entendimento do aprofundamento das transações na ECM. Isso reflete na sustentabilidade na busca pela alocação eficiente dos recursos, bem como na busca das instituições por manter a integridade ecológica como um todo.

Já o oportunismo, estudado pela ECT, tem sua profundidade na ECM com a relação dos reguladores responsáveis pelas transações. Pode ser aplicado pela sustentabilidade na centralização da autoridade nas transações de mercado, no protecionismo das trocas e nas relações nas quais os possuidores dos direitos de transação podem se favorecer pelos componentes dos custos.

A estratégia de execução para a sustentabilidade está pautada em diversas regras, dentre elas estão as métricas integradas, ou seja, a informação correta no local exato e no tempo exato para que se possa tomar decisões (Adam Werbach, 2013). A métrica correta é o que busca a TCM para o entendimento aprofundado das transações, sendo esta, ainda, o principal gargalo para o entendimento dos agentes, levando à racionalidade limitada do processo e conseqüentemente a possíveis comportamentos oportunistas no mercado.

Essa ideia corrobora o entendimento de que a sustentabilidade da sociedade humana para o futuro como uma atividade dependente da sua habilidade de ordenar o seu comportamento e das instituições em manter a integridade ecológica das relações humanas com a terra (Lemons et al., 1998).

Em maior profundidade corrobora conteúdo com a concepção de que a firma é composta por processos que utilizam recursos de capital e também recursos institucionais inclui a discussão sobre a gestão efetiva dos recursos no contexto de tomada de decisão (Oliver, 1997). Além disso, o autor inclui na sua discussão o conceito de performance dos recursos, bem como sistemas de valoração formal destes.

Os economistas são analisados como formuladores da concepção de que o meio ambiente é frequentemente subvalorizado, pois pode ser usado gratuitamente e tende a ser, conseqüentemente, degradado (Mebratu, 1998). O valor econômico do meio ambiente pode ser uma solução para que este possa ser protegido. Essa solução ótima se relaciona com a TCM, na busca pela mensuração dos atributos relacionados ao tema (Redclift & Benton, 2003).

As formas dominantes de produção e distribuição falham principalmente no entendimento da busca pelo atingimento das necessidades das pessoas ao redor do mundo e isso prejudica as condições de produção das quais essas pessoas dependem. Dentro desse entendimento, têm-se criado formas de regulação da natureza para que se possam controlar os processos como uma necessidade iminente de avançar para formas sustentáveis de economia política (Sterling & Huckle, 2014). Esse é um meio para encaminhar as pessoas para o aprofundamento de objetivos e condições de produção existentes, examinando tecnologias, sistemas econômicos de produção, sistemas culturais, leis e políticas, ideologias, para que se possa viver com o que existe de recursos naturais disponíveis (Sterling & Huckle, 2014).

4 Considerações Finais

Este ensaio buscou compreender como a sustentabilidade pode ser analisada a partir do que é estudado pela economia dos custos de transação e pela teoria dos custos de mensuração. Foi possível evidenciar que as transformações que ocorrem como mudanças nas instituições, para aumento dos seus ganhos, podem ser entendidas a partir da nova economia institucional como essenciais para o desenvolvimento racional das transações.

O desenvolvimento das novas economias e a teoria dos custos de mensuração buscam preencher lacunas existentes quanto ao entendimento da sustentabilidade dentro das instituições e como ponto de partida para as tomadas de decisão dos agentes. O tema sustentabilidade é acompanhado pela incerteza de definição.

Nos mercados, a alocação eficiente de recursos gera preocupação, porém vem acompanhada das externalidades causadas, impactos ambientais, que são analisados por reguladores, como ministérios, departamentos e agências ligados ao meio ambiente. Os direitos de propriedade de uma instituição analisada a partir da sustentabilidade ambiental são ponto para análise, uma vez que os componentes naturais precisam ser analisados, bem como as estruturas de governança que serão colocadas em prática na transação.

Neste aspecto, encontram-se as vantagens de vínculo das discussões teóricas anteriormente vistas como pontos de análise sem conversão. Uma vez entendido que a ECM pode ser desenvolvida pela TCM que, por sua vez, pode ser aplicada pela sustentabilidade, torna-se possível aprofundar o entendimento sobre os aspectos das transações e do comportamento dos agentes, que podem ser aplicados no mercado com o objetivo de manter a continuidade das instituições.

A mensuração abordada pela TCM pode auxiliar os agentes na centralização das causas dos impactos e, em determinados casos, na busca pelo valor cobrado por esses mesmos impactos causados, sendo assim uma solução para que o meio ambiente possa ser mais bem protegido. Em síntese, interrelacionar a sustentabilidade com a economia de custos de transação e a teoria dos custos de mensuração permite que haja um avanço na busca pelo entendimento do equilíbrio entre instituições e os bens comuns. Este é o papel primordial para alinhar a economia e seu avanço aos processos de utilização do meio ambiente.

A falta da aplicação empírica do estudo é considerada como sua principal limitação. Conexões suplementares e outras interpretações sobre a sustentabilidade e as abordagens do estudo são possíveis de análise. Futuras investigações com o desenvolvimento de estudos empíricos, analisando os aspectos da sustentabilidade e baseando-se nos pressupostos da teoria dos custos de transação e dos custos de mensuração podem ser vislumbradas.

Referências

- Adams, W. (2001). *Green development: environment and sustainability in the third world*. New York: Routledge.
- Barzel, Y. (1982). Measurement cost and the organization of markets. *The Journal of Law and Economics*, 25(1), 27-48.
- Beckmann, V., & Padmanabhan, M. (2009). *Institutions and sustainability: political economy of agriculture and the environment, essays in honour of Konrad Hagedorn*. Berlin: Springer.
- Coase, R. (1991). The institucional structure of production. *The American Economic Review*, 82(4), 713-719.
- Daly, H., & Farley, J. (2011). *Ecological economics*. Washington: Pan-American Copyright Conventions.
- Elkington. (2001). *Canibais com garfo e faca*. São Paulo: Makron Books.
- Gowdy, J., & Erickson, J. (2005). The approach of ecological economics. *Journal of Economics*, 29, 207-222.
- Lai, L., & Lorne, F. (2003). *Understanding and implementing sustainable development*. New York: Nova Science Publishers.
- Lemons, J., Westra, L., & Goodland, R. (1998). *Ecological sustainability and integrity*. Washington: Springer Science Business Media.
- Markandya, A. (2014). *Dictionary of environmental economics*. Londres: Earthscan Publications.
- Mebratu, D. (1998). Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. *Environmental Impact Assessment Review*, 18(6), 493-520.
- Munasingue, M. (2007). *Sustainable development triangle*. Retrieved from http://www.eoearth.org/article/Sustainable_development_triangle
- North, D. (1991). Institutions. *The Journal of Economic Perspectives*, 5(1), 97-112.
- Oberthur, S., & Ott, H. (2013). *The Kyoto protocol: international climate policy for the 21st century*. Berlin: Springer.
- Oliver, C. (1997). Sustainable competitive advantage: combining institutional and resourcebased views. *Strategic Management Journal*, 18(9), 697-713.
- Peteraf, M. A. (1993). The cornerstones of competitive advantage: a resource-based view. *Strategic Management Journal*, 14(3), 179-191.
- Redclift, M., & Benton, T. (2003). *Social theory and the global environment*. Londres: Routledge.
- Souza-Lima, J. (2004). Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos ambientais. *Revista da FAE*, 7(1), 119-127.

- Sterling, S., & Huckle, J. (2014). *Education for sustainability*. New York: Taylor & Francis.
- Tsoukas, H., & Knudsen, C. (2005). *The Oxford handbook of organization theory: meta-theoretical perspectives*. Oxford: Oxford University Press.
- Werbach, A. (2013). *Strategy for sustainability: a business manifesti*. Boston: Harvard Business School Publishing.
- Williamson, O. E. (2002). *The theory of the firm as governance structure: from choice to contract*. Berkeley.
- Zylbersztajn, D. (2005). Papel dos contratos na coordenação agro-industrial: um olhar além dos mercados. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 43(3), 385-420.
- Zylbersztajn, D., & Giordano, S. (2015). Coordenação e governança de sistemas agroindustriais. In *Gestão de Sistemas de Agronegócios*. São Paulo: Atlas.